



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

ATA DE REUNIÃO 2022

Ata da Terceira Reunião do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau, realizada no dia 20 de Julho de 2022, às 14 horas, na Sala de Reunião Virtual.

1. PARTICIPANTES

Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro – Juíza Titular da 04ª Vara do Trabalho do Recife
Katia Keitiane da Rocha Porter – Juíza Titular do Trabalho da 03ª Vara de Caruaru
Laura Cavalcanti de Moraes Botelho – Juíza Presidente da Amatra6
Patrícia Franco Trajano - Juíza Substituta da 3ª Vara do Trabalho de Olinda
Beatriz Regina Lacerda de Oliveira Santana - Diretora da 04ª Vara do Trabalho do Recife
Henrique Beça Gibson – diretor da 03ª Vara do Trabalho de Caruaru
Maria da Conceição Menezes Gomes - Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros
Letícia Fernandes Duarte – Diretora da 01ª Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes
Elisabete Duarte - Coordenadora de Gestão Estratégica TRT6

2. ANÁLISE E DELIBERAÇÕES

Pauta: INCONSISTÊNCIA DO SISTEMA E-CARTA e UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS FACILITADORES

A Juíza do Trabalho, Dra. Katia Keitiane da Rocha Porter, iniciou a reunião, agradecendo a participação de todos, e lembrou as pendências da ata anterior, que diz respeito aos problemas de inconsistência no E-Carta que gerou o PROAD 11549/2022, e que Beatriz juntamente com Dra Adriana Satou Lessa estavam elaborando Ofício em resposta ao pedido de informações solicitadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, através do Ofício nº 32692014/2022-GEVEN-CONEO-PE, apontando diversos casos concretos para que melhorem essas inconsistência e aprimorem o sistema E-carta.

Continuando disse que a outra pendência da última ata, afirmou que foi gerado outro PROAD 11551/2022 as ações que facilitam o trabalho de primeiro grau, informou que houve uma mudança de forma indireta, posto que aparentemente os vencedores do prêmio COOPERARI de Informática passou a considerar tais ações seguras para serem utilizadas, tendo sido liberados pelo Tribunal para uso. Ocorre que apesar da liberação do uso das ferramentas, ainda não houve treinamento, embora acredite que a Escola Judicial esteja se organizando para aplicar os treinamentos necessários.

Dada a palavra a Henrique Beça, informou que no que se refere aos cursos de treinamento, está ciente que a Escola Judicial está montando um curso para agosto, salvo engano, e que dois servidores estão sendo treinados, servidora Thais - Diretora de Carpina e o servidor Rafael Lucena, que trabalha na 3a Vara do Trabalho de Caruaru para ministrar as aulas e capacitar os demais servidores deste Regional. E que essas dúvidas e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

treinamentos serão resolvidos pela Escola Judicial, uma vez que a informática não terá condições de abarcar todas as dúvidas.

Com a palavra Dra Kátia Katiane, informou que já teve oportunidade de conhecer algumas das vantagens do uso dessas ações de extensão.

Com a palavra Henrique Beça, mencionou as diversas vantagens do uso das extensões, dentre eles o aumento da produtividade e qualidade de vida dos servidores da unidade, uma vez que diminui as quantidades de tarefas para atingir um determinado ato da Secretaria.

Dra. Kátia Keitiane ressaltou ainda que a melhoria com o uso de tais extensões ainda contribui na saúde dos servidores.

Dada a palavra a Dra. Laura, perguntou se já tinha conhecimento de data certa para a realização desses cursos e para quem seria o público alvo, se somente para servidores e/ou servidores e magistrados.

Com a palavra Henrique informou que ainda não se sabe uma data certa de realização do curso e qual seria o público alvo, entretanto, se comprometeu em buscar tais informações.

Dada a palavra a Dra Laura, ressaltou que está havendo compartilhamentos de informações dessas e outras ferramentas com outros tribunais, e alguns até mais avançados no uso de tais ferramentas, que estão disponibilizando e que colaboram com os trabalhos da Vara.

Com a palavra Dra Kátia encerrou o tema em questão afirmando que o Comitê ficará aguardando a resposta da informática à Presidência junto ao PROAD 11551/2022 para que informem os projetos que estão sendo trabalhados localmente que facilitam o trabalho da primeira instância.

Retornando ao tema do E-Carta, Dra. Kátia ressaltou a importância do sistema E-Carta durante a pandemia Covid-19, e que se tal sistema fosse implementado desde o início da pandemia a produtividade dos trabalhos seriam muito maiores. Ressaltou que o que se precisa é um aperfeiçoamento do sistema.

Dada a palavra a Beatriz, registrou que os equívocos mais recorrentes no sistema E-Carta dizem respeito a correspondência devolvida ao remetente (Vara do trabalho), porém registrado como entregue ao destinatário; correspondência com histórico de entregue ao destinatário, porém decorrido algum tempo, consta como devolvida à Vara do Trabalho; correspondência com históricos de "indisponível" e "objeto rejeitado", expedida no endereço correto e devidamente assinada e dentro do prazo exigido pelo sistema.

Em seguida, Dra Kátia perguntou aos participantes se alguém teria algum tema novo a ser discutido ainda nessa reunião.

Dada a palavra a Dra Laura, afirmou que vem recebendo diversas ligações de colegas em respeito a Resolução que trata da Reestruturação das Varas, sobre o cronograma de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

implementação de funções comissionadas entre outras, informou que já estão sendo ajustadas as Varas de Salgueiro, Serra Talhada, Timbaúba e Belo Jardim, por serem varas de menor complexidade para depois irem aprimorando e implementando nas demais Varas do Regional e que a finalização será bem antes de dezembro. Continuando, informou a realização de uma reunião pela Comissão de Direito do Trabalho da OAB, e nela foi discutidas questões sobre o empobrecimento da advocacia, problemas da execução, e ainda a dificuldade de fiscalizar os advogados de fora do estado que estão atuando neste regional e que não possuem a OAB suplementar, e que acaba retirando os advogados da região do mercado de trabalho.

Dra Laura, ressaltou da dificuldade do juiz da primeira instância fiscalizar e/ou controlar a quantidade de processos que o advogado autuou.

Dada a palavra a Dra Adriana, ressaltou que não é possível transferir uma responsabilidade para o juiz de fiscalização que é de competência da OAB.

Com a palavra, Dra Laura, ressaltou que, na verdade, o pleito foi de ser possível de colocar cartazes para divulgar as pessoas, sejam servidores e/ou juízes de denunciar apenas, tais como canais de denúncia. Ressaltou que a OAB solicitará a Presidência a permissão de colocação de cartazes nos prédios do TRT6.

Dra Adriana, lembrou uma fala de um advogado que o retorno das atividades presenciais, principalmente as audiências, melhorou a valorização dos advogados da região, uma vez que as audiências virtuais possibilitava a contratação de advogados de fora.

Dada a palavra a Dra Patrícia, mencionou a possibilidade do próprio sistema colocar um alerta ao próprio advogado de que já tem 05 processos.

Dada a palavra a Henrique, trouxe a reunião o assunto relativo ao Projeto Garimpo. Informou que antigamente era possível fazer depósitos sem que fossem exigidos dados completos dos envolvidos no processo. E, foi encaminhado pela Corregedoria ofício às varas únicas do interior solicitando a associação de todos os processos vinculados àquelas varas e deram um prazo de 60 dias para finalização da tarefa. Registrou que alguns colegas ressaltou o número enorme de processos para associar e que o prazo sugerido não seria suficiente para cumprir tal determinação.

Com a palavra, Dra Kátia Keitiane sugeriu oficiar a Corregedoria sugerindo uma ampliação deste prazo.

Após, várias sugestões acerca do prazo entre os integrantes do Comitê, **decidiu-se pela expedição de OFÍCIO À CORREGEDORIA, EM CARÁTER PRIORITÁRIO E DE URGÊNCIA**, sugerindo uma ampliação dos prazos, individualizados por Vara, levando em consideração a proporcionalidade dos quantitativos de processos pendentes de associações, e se fosse o caso, exigindo dos diretores o envio de relatórios mensais sobre o saldo remanescente das contas pendentes de associações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

Dada a palavra a Elisabete, informou da reunião sobre o Processo Participativo para construção de Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2023 e solicitou a participação do presente Comitê na reunião que será realizada no dia **27.07.2022 às 14 horas**.

Encerrados os trabalhos.

Com o agradecimento à presença de todos, fica já definida a data da próxima reunião: 14 de setembro de 2022, às 14 horas.

Os participantes, identificados a seguir, aprovam e assinam eletronicamente a respectiva ata.

Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro – Juíza Titular da 04ª Vara do Trabalho do Recife

Katia Keitiane da Rocha Porter – Juíza Titular do Trabalho da 03ª Vara de Caruaru

Laura Cavalcanti de Moraes Botelho – Juíza Presidente da Amatra6

Patrícia Franco Trajano - Juíza Substituta da 3ª Vara do Trabalho de Olinda

Beatriz Regina Lacerda de Oliveira Santana - Diretora da 04ª Vara do Trabalho do Recife

Henrique Beça Gibson – diretor da 03ª Vara do Trabalho de Caruaru

Maria da Conceição Menezes Gomes - Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Barreiros

Letícia Fernandes Duarte – Diretora da 01ª Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes

Elisabete Duarte - Coordenadora de Gestão Estratégica TRT6